

A CIDADE DO FUTURO JÁ EXISTE HOJE

Algumas notas sobre reabilitação urbana¹

José Aguiar²

«Ora si è finalmente capito che la città futura è la "città esistente"; la sua riqualificazione è la città futura». Bruno Gabrielli, 1995³



Fig. 1 – Londres, mural de protesto contra as demolições na zona do Convent Garden, (foto do autor)

Sobre a nova forma como olhamos para a cidade antiga

Pode verificar-se, nos nossos dias, uma enorme explosão no âmbito do que consideramos como «património». Para a nossa geração, património é tanto a «obra-de-arte» a ruína, o objecto-construção, a arquitectura de um dado edificio (o monumento clássico, digamos), como o lugar-ambiente, os núcleos urbanos a que chamamos “centros históricos”, ou seja, a cidade antiga e a cidade consolidada. É também património o território e a paisagem humanizada, de que tanto fala Ribeiro Telles, enquanto arquitectura, ainda que de vasta escala, ou seja, organizações voluntárias do espaço feitas por (e portadoras dos valores dos) homens.

No entanto, o tomar da cidade histórica como um objecto da vontade de salvaguarda, é algo ainda relativamente recente, surgindo quatro séculos depois da invenção do conceito de património histórico.

¹ Texto desenvolvido com base na condensação dos seguintes ensaios, ainda não publicados: José Aguiar, A conservação da identidade do património urbano e o lugar, em *Encontros URBE*, Vila Real, 1999; José Aguiar, Algumas notas sobre intervenções no património urbano Português, em *O estado do património, ou o Estado e o património, balanço de uma legislatura*, APAP, Torre de Belém, Lisboa, 1999.

² Arquitecto, Assistente de Investigação do LNEC.

Trata-se, como esclareceu Françoise Choay, de um contributo específico da cultura europeia, surgindo em contra-corrente ao urbanismo renovador, confrontando-se desde logo com o inevitável processo de urbanização, ou seja, com a aplicação da cultura moderna ao desenho da cidade⁴. Estes desenvolvimentos requerem novas interpretações daquilo que constitui património, de como este se conserva e de como se reutiliza⁵.

Uma cidade é histórica (ou tem partes históricas), se estiver associada à presença de determinados conceitos e valores, traduzidos na sua arquitectura, que definem essa sua identidade. Mas uma cidade é sempre uma entidade funcional que deve satisfazer objectivamente os requerimentos dos seus utilizadores. A relação do planeamento com a cidade histórica necessita de ser encarada como um processo particularmente dinâmico, onde se gere uma permanente relação dialéctica entre os valores absolutos a preservar, nas diferentes qualificações e valores físicos do edificado, e as funções/actividades necessárias ao lado “utilitário” da cidade.

Neste domínio, os nossos maiores problemas residem precisamente no estabelecimento das condições em que se deve processar a reutilização patrimonial de forma a garantir a continuidade dos valores culturais e, ao mesmo tempo, a conservação material dos edifícios, não impedindo o desenvolvimento (provavelmente “outro desenvolvimento” dentro de novas noções, mais sustentáveis), isto num momento cultural relativamente confuso, marcado por complexas mudanças, eventualmente até civilizacionais.

A transição de uma cultura de expansão para uma cultura da qualidade

Ao mesmo tempo que no campo da conservação patrimonial verificamos um maior entendimento da complexidade dos problemas envolvidos, aumentando a sua sensibilidade para a dimensão urbana das principais questões, no campo da urbanística verificamos hoje o abandono das posições reformistas, baseadas num higienismo e num reformismo de muito má memória.

Na década de 50, tivemos uma desmesurada fé no progresso tecnológico. Nessa cultura desenvolvimentista, o antigo foi considerado como um obstáculo! Qualquer elemento não racionalizável dentro de uma lógica industrial parecia não ter futuro. O restauro e a conservação, ao requererem um enorme emprego de mão-de-obra e reduzida utilização de técnicas mecanizadas - ainda que também necessite de recorrer a tecnologias evoluídas, ou altamente especializadas -, não parecia constituir uma

³ Bruno Gabrielli, La città esistente e la ricerca della qualità, em *Identità Urbana. Materiali per un dibattito*, Quaderni del Dipartimento Città Territorio, Gangemi Editore, 1995, p.37.

⁴ O tempo de afirmação deste novo olhar sobre os tecidos históricos desenrola-se entre meados do século XIX e até quase à Segunda Guerra Mundial, em momentos e espaços distintos, coincidindo a sua génese, aceitando as classificações propostas por Choay, com três fases históricas principais («*mémoriale*, *historique* e *historiale*»), originárias de três culturas diferentes (Inglaterra, Austria e Itália) e com três principais protagonistas (Ruskin, Sitte e Giovannoni). Veja-se em F. Choay, *L'Allégorie du Patrimoine*, Ed. Du Seuil, Paris, 1992, p.139.

⁵ Como sintetiza Marc Laenen, implica modificarem-se os próprios paradigmas da conservação enquanto disciplina: «*The object-oriented interpretation that for decades dominated conservation theory and practice is now yielding to other interpretations, such as the continuity of living traditions, a way of life, and relevant cultural values*». M. Laenen, Editorial, *ICCROM Newsletter*, nº 24, Setembro, ICCROM, Roma, 1998, p. 1.

opção válida para a reconstrução e renovação urbanas, num tempo que queria esquecer a história em prol de um grande optimismo no futuro. A opção era o novo, a cidade nova, que traduzia no urbanismo os paradigmas do «*espaço aberto*», do «*menos é mais*» e da «*forma segue a função*» da arquitectura moderna.

A situação mudou substancialmente nas décadas de 60 e 70, quando se descobriu que o desenvolvimento logarítmico não era sustentável e que havia uma factura ecológica a pagar.

No início dos anos 80, Campos Venuti, no conhecido *Urbanismo e Austeridade*, afirmava que se vivia uma gradual passagem de uma cultura da expansão para uma cultura de (re)qualificação das cidades, a qual se processava através de um desenvolvimento urbanístico de carácter qualitativo e já não quantitativo⁶. Segundo o mesmo Campos Venuti, tratar-se-ia de uma *terceira geração* da história (ainda recente) da urbanística, numa nova etapa que se direccionava para a resolução dos problemas da cidade existente, procurando responder tanto aos ênfases de salvaguarda como à emergência de novas reivindicações sociais cada vez mais precisas, propondo a sua resolução através de novas formas de programação, particularmente realista em relação à viabilidade das iniciativas, tanto quanto através do reforço dos meios públicos de actuação⁷.

A nova realidade do crescimento zero (ou negativo) das cidades e a necessidade objectiva de reutilizar os parques edificados e de salvaguardar as memórias físicas da história, implicaram profundas mudanças teóricas e metodológicas na urbanística e na arquitectura, as quais durante décadas se concentraram quase exclusivamente no desenho de cidades novas, da cidade de expansão e de renovação (ou seja na demolição do que existe e sua substituição por algo novo, de acordo com os paradigmas do momento).

Nos nossos dias, o território das políticas de requalificação urbana estende-se a todas as partes da cidade. Como defende Françoise Choay⁸, hoje já não se trata só de salvar as cidades histórico-monumentais de primeira instância, importa também salvar da prometida «*modernização*» – entendida cada vez mais como uma operação intrusiva e substitutiva, integrada numa lógica especulativa de maximização dos lucros pela maximização das possibilidades de ocupação do espaço – os tecidos quase banais dos finais do século XIX (Campo de Ourique, por exemplo) e da primeira metade do século XX (a cidade tardo-eclética de Barry Parker, no Porto, o Bairro das Colónias e do Arco do Cego e já agora também Alvalade, em Lisboa).

⁶ Veja-se Giuseppe Campos Venuti, *Urbanismo y austeridad*, Siglo XXI, Madrid, 1981.

⁷ Esta proposta é defendida por Campos Venuti, *La terza generazione dell'urbanistica*, Milão, Franco Angeli, 1987.

⁸ «(...) il faudrait à l'heure actuelle, dans toutes les grandes villes d'Europe, sauver de la destruction à laquelle les promet la «modernisation», les tissus banaux édifiés à la fin du XIX^e siècle et encore au début du XX^e, ceux que G. Pérec appelait «infra-ordinaires»: tissus qui ne possèdent de valeur ni pour l'art, ni pour l'histoire mais qui, par leur modestie, leur échelle et leurs qualités formelles s'offrent aux populations urbaines non privilégiées, se prêtent aux relations de convivialité et constituent une barrière contre la délinquance et les diverses formes de dérapage social» F. Choay, Sept propositions sur le concept d'authenticité, em: *Nara Conference on Authenticity*, Japan 1994, UNESCO/ICCROM/ICOMOS, Trondheim, Tapir Publishers, 1994 (editor K. Larsen), p. 116.

Entre nós, tem sido sobretudo Nuno Portas que tem destacado a importância dos novos problemas disciplinares que se levantam quando encaramos o problema da osmose entre a cidade velha e a cidade nova, situação que se define como um terceiro momento da própria reabilitação urbana, em que esta passa a ser entendida como a integração social e física da cidade na sua totalidade «(...) *de uma cidade que cresceu por partes e mal, ainda que sob princípios de planificação (...) cidade herdada do urbanismo que nos ensinaram (...) da planificação moderna, modernista, enfim, filhos da Carta de Atenas se quiserem. E é esta a cidade que hoje é problema e que há 30 anos era solução para a cidade mais antiga, que antes era problema e que agora é solução, ou princípio da solução*»⁹.

Conservação, imagem e identidades urbanas

Para além dos aspectos funcionais, no rápido processo de transformação do mundo moderno, todos assistimos quotidianamente à perda, ou à profunda dilaceração, de um aspecto que considero dos mais importantes na qualidade arquitectural das cidades históricas: a salvaguarda da sua identidade. Essa questão pode constituir um dos aspectos com mais importância quando se pretende discutir os problemas da inserção da nova arquitectura ou quando, mais importante ainda, se discute as relações do projecto com a cidade histórica.

Na última década, no quadro do desenvolvimento de estudos de apoio à reabilitação urbana em curso no LNEC, tenho percorrido extensivamente o país e desse contacto com intervenções em centros históricos (muitas vezes repetido no tempo), devo confessar que sinto termos de constatar uma impressionante perda da reconhecibilidade das nossas cidades e núcleos urbanos históricos, provavelmente como resultado de um explosivo processo de homogeneização dos lugares e das arquitecturas, certamente produto dos intensos processos de mudança que vivemos. Processos que muitos chamam de desenvolvimento e outros de homogeneização, ou de consumismo cultural.

A sociedade moderna, aparentemente democrática mas impressionantemente globalizante, parece revelar, no urbanismo e na arquitectura, um enorme esforço redutor (ou mesmo opositor), da expressão das diferenças, conduzindo à reprodução de modelos similares em contextos geográficos fortemente diferenciados. Esta lógica invadiu também o património urbano.

Sabe-se que existe um estreito cruzamento entre a problemática da memória e a da identidade. O conceito de identidade é tradicionalmente relacionado com um processo de historicidade. Sempre se entendeu como mais valioso e rico de identidade o património construído que já tem história, que já foi objecto da atenção da história, que sofreu toda uma capitalização de olhares e atenções que exigem tempo¹⁰. Também sempre se verificou uma espécie de recusa do valor de identidade a tudo o que ainda

⁹ Nuno Portas, *Pasado, Presente y Futuro de las Ciudades Patrimonio de la Humanidad*, em *Urbanismo y Conservación de Ciudades Patrimonio de la Humanidad*, Cáceres, 1993, p. 283 (tradução livre).

¹⁰ Quanto à valorização patrimonial do factor tempo vejam-se as considerações de Alois Riegl referentes a um inventário dos seus valores, em A. Riegl, *Le culte moderne des monuments, Son essence et sa genèse*, 1903, Paris, Éditions du Seuil, 1984.

não foi sujeito ao mesmo processo histórico, ao que ainda é demasiado contemporâneo, ao que, não tendo o suficiente tempo, ainda não apela às emoções da saudade ou acede à valorização do crivo da história. Repare-se, como exemplo, na fortíssima oposição dos intelectuais do século XIX às intervenções de Haussmann em Paris, assim como na denúncia romântica da cidade expansiva de oitocentos, a qual já está hoje não só pacificamente aceite como até, por vezes e por alguns, se sublima como o auge de uma civilização urbana.

Podem relacionar-se alguns dos fenómenos da perda de identidade com manifestações de um processo histórico desequilibrado, na excessiva rapidez das transformações do quadro construído, por exemplo, como sucedeu no período imediatamente posterior ao fim da II Guerra Mundial. Daqui decorre a hipótese, levantada por Lo Piccolo¹¹, de que a identidade dos lugares urbanos depende directamente da frequência, do ritmo e da velocidade, mais ou menos acentuada, das mudanças. A manutenção ou a permanência de identidades reconhecíveis seria eventualmente impossível onde as mudanças são demasiado frequentes, onde as transformações se processam de forma demasiado rápida, onde a velocidade da mudança é excessiva.

Se as questões da identidade da cidade histórica estão, então, fundamentalmente ligadas ao factor tempo, ou seja, às formas, mais lentas ou mais rápidas, como a transformação da identidade (e da memória) que ocorrem ao longo do tempo, podemos concluir que variações demasiado rápidas (ou demasiado frequentes), na arquitectura da cidade histórica podem afectar decisivamente o sentido de pertença a esse lugar, afectando a fundamental necessidade humana de um *stabilitas loci*, tal como a teorizou Norberg-Schultz¹².

Mas se o papel da cidade (as suas vocações e capacidades) muda no tempo, então a ideia de identidade é também a de um conceito evolutivo. Se a identidade de uma cidade é artificialmente paralisada no tempo, se a pudéssemos bloquear numa fracção do tempo dessa cidade, essa identidade congelada deixaria de representar a vida urbana em toda a sua totalidade, e, como todos sabemos, a realidade nunca pára. Dito isto, perceber a evolução da cidade e da sua identidade não significa abrir portas ao laxismo, ao consumismo mais despudorado da história: culturalmente importará sempre manter os elementos básicos de uma continuidade que se referenciam a uma identidade inalienável dos lugares.

Problemas ligados à perda da identidade na cidade histórica

Recorrendo às enormes capacidades produtivas do nosso tempo, a especulação vulgarizou, no urbanismo e na arquitectura que promove, uma identidade feita de *não-identidade*, construindo estereótipos de massificados *habitats*, representando modos de habitar idênticos, em subúrbios extensos e iguais, de gente igual que inunda enormes periferias iguais. No caso da cidade histórica e ao focalizar-

¹¹ F., Lo Piccolo, Identità, permanenza, trasformazione della città: un'introduzione, em *Identità Urbana, Materiali per un dibattito*, Quaderni del Dipartimento Città Territorio, Roma, Gangemi Editore, 1995, pp. 11-28.

¹² C.f. C. Norberg-Schultz, *Genius Loci, Paesaggio Ambiente Architettura*, Milão, Electa, 1979.

se nas mais valias económicas, a especulação imobiliária acaba por traduzir-se, inevitavelmente, numa incorrecta “norma de restauro”.

Um grave problema actual parece manifestar-se na não correspondência entre os locais de convívio e de encontro da nossa actual sociedade e os lugares reconhecidos como de grande interesse histórico-cultural, como os «Centros Históricos», os quais teoricamente continuamos a considerar como das arquitecturas urbanas mais aptas para acolher o encontro humano. Na realidade o que parece verificar-se muitas vezes é que os núcleos históricos de grandes cidades são, sobretudo aos fins-de-semana, “vividos” por turistas, e que vemos muitos dos seus verdadeiros habitantes transferirem-se no mesmo momento, para os espaços dos centros comerciais da moda.

Nesse contexto parece interessante reparar na «apropriação» ou no «consumo da identidade» da cidade histórica que alguns centros comerciais promovem na sua arquitectura, como por exemplo: a sua organização em «ruas» comerciais que desembocam em “praças”, as fachadas tipo “challet suíço” dos seus restaurantes regionais. Esta apropriação não é ingénua, como se comprova nos conhecidos anúncios de exteriores que dizem ser o *Centro Comercial das Amoreiras* o verdadeiro «*Centro Histórico de Lisboa*», e etc.

O consumo da identidade histórica é, entre nós, uma situação já denunciada¹³ mas muito pouco estudada em termos disciplinares¹⁴. Neste processo o seu modelo de “conservação” resultou numa «alegoria do património», num novo culto que deu origem a uma nova indústria profundamente consumista, uma indústria patrimonial que além de algumas óbvias vantagens apresenta profundas perversões¹⁵. É disso exemplo o excesso turístico, que nas massas intermináveis de visitantes do passado, retiram o espaço das cidades aos seus próprios habitantes, como em Sintra, na transferência do verdadeiro quotidiano local para as restritas horas anteriores e posteriores à chegada dos turistas; a multiplicação dos «happenings» culturais exteriores que abafam, excluem e retiram espaço à expressão de ritos culturais locais - como a promoção de históricas festas «rave» na plácida e alentejana Monsaraz; a gradual introdução da vulgata do *kitch*, dos «*fast food's*», do atroz produto típico, que de típico só tem a

¹³ Por exemplo pela arquitecta Maria José Abrunhosa que, em diversos artigos, questiona a política patrimonial em curso. Veja-se em M. Abrunhosa, «Cuidado! Vem aí a valorização do património», *PÚBLICO*, 5 de Junho de 1994; «O estado das artes, reflexões heréticas», em *Praça Velha*, nº 2, Novembro, ed. Câmara Municipal da Guarda, Guarda, 1997. No sentido de sustentar uma discussão disciplinar sobre o tema, veja-se também J. Aguiar, O medo, em *Jornal Arquitectos*, nº 136-137, Junho/Julho, AAP, Lisboa, 1994.

¹⁴ Veja-se o pioneirismo da atenção de alguns investigadores, como é o caso do estudo de Ana Paula Amendoeira que estudou os valores que sustentam a imagem historicamente muito falsificada da actual Monsaraz, demonstrando os processos de mitificação que conduzem a sua sistemática adulteração e perda de autenticidade, e cita-se: «*A imagem do conjunto [de Monsaraz] é constantemente explorada até à exaustão por um público cada vez mais predador. O facto do conjunto ser classificado Monumento Nacional não dificulta em nada a utilização e a transformação da imagem para os vários cenários pretendidos. As teorias sobre conservação, que no século passado preconizavam o restauro estilístico, tiveram consequências muito significativas em Portugal e permanecem até hoje, se bem que de forma inconsciente e adulterada, na opinião pública, como paradigma dos valores atribuídos ao património. A evolução subsequente da disciplina não contribuiu muito para uma modificação na forma de olhar e valorizar o património em termos públicos*». Ana Paula Amendoeira, *Monsaraz: Análise do processo de conservação e transformação urbana no século XX*, Universidade de Évora, Évora, 1998 (dissertação de mestrado apresentada na Universidade de Évora), p. 123.

¹⁵ Veja-se a propósito o capítulo «*La compétence d'édifier*», em F. Choay, *L'allégorie du patrimoine*, Paris, Ed. du Seuil, 1992, pp. 187-197.

designação. Em suma, a extrema banalização do que era único e essencial; no sucesso dos *Centros Históricos* encontra-se muitas vezes o germe da sua própria autodestruição, enquanto identidade.

O património como factor de desenvolvimento

Se os novos tempos correm para o horizonte da pós-indústria, tudo o que concorre para reforçar a identidade específica de um lugar, os seus bens não consumíveis, o seu ambiente, a sua cultura e os seus reflexos histórico-artisticos, pode considerar-se fulcral para o desenvolvimento futuro de uma comunidade. Entendida assim, a autenticidade de um centro histórico pode constituir um dos mais importantes recursos para um novo processo de desenvolvimento, sustentado na nova economia dos tempos livres, mas também em novos sistemas integrados de uso (como defendia Giovannoni), onde residência e produção podem finalmente conviver, nas possibilidades abertas pelas novas formas de produção do chamado terciário avançado.

Lia algures que a dimensão produtiva dos sectores dos serviços e da informação já absorve, nos países comunitários, aproximadamente 70% dos residentes em cidades, facto que tem profundas implicações urbanísticas. Para este tipo de actividades económicas é essencial a referência a um lugar, a uma cidade, a uma envolvente de adequada qualidade. As novas possibilidades tecnológicas permitem que muito deste trabalho se desenvolva em casa ou em instalações pouco exigentes em termos espaciais (embora o mesmo não se passe em termos de disponibilidade de infraestruturas), podendo também ocorrer no centro das cidades.

O terciário avançado não é tão indiferente à qualidade referencial dos lugares, como há alguns tempos se defendia. A necessidade dos espaços públicos urbanos como espaços de relações, a carência de lugares de grande qualidade para a troca e a interacção humana, (como teorizou Giovannone) pode reforçar a importância da salvaguarda e da requalificação dos lugares históricos centrais e, na competição entre cidades, pode reforçar o interesse das cidades que desenvolvam políticas de salvaguarda adequadas (veja-se a evolução da atractividade de Guimarães, por exemplo).

A cidade consolidada pode agora, de novo, ser considerada como um espaço residencial, mas também como um novo espaço de produção, como se defende no *Livro verde sobre o ambiente urbano*¹⁶, explicitando uma nova aproximação sistémica às práticas do planeamento, aprofundada em debates que se estendem por toda a década de 90, e que se integram dentro de um novo paradigma urbanístico: o do desenvolvimento sustentado¹⁷.

¹⁶ Promovido pela CEE, em 1990.

¹⁷ A transição para o planeamento destas preocupações surge, sobretudo, a partir de 1990 quando foi lançado o programa *Cidades Sustentáveis* no seguimento da redacção do documento *Environmental Guidelines for Settlements Planning and Management*, produzido pela UNEP/UNCHS (Habitat) de 1990. Desde então procura-se articular o conceito ecológico de um desenvolvimento sustentável com a necessidade de uma política de promoção urbanística desenvolvida no mesmo sentido. O tema foi retomado na Campanha Europeia para Cidades Sustentáveis, apoiada pela CEE, através da DGXI, em 1994 e recebeu uma maior visibilidade com a aprovação e discussão da chamada *Carta de Aalborg: Carta da Sustentabilidade das Cidades Europeias*, aprovada pelos participantes na *Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis*, realizada em Aalborg, Dinamarca em 27 de Maio de 1994.

Salvaguardar a identidade da cidade histórica pode constituir um importante recurso no momento em que se verifica uma importante competição entre cidades, no quadro do profundo reordenamento provocado pela internacionalização das economias e, no caso europeu, pelo processo de unificação. A competição entre cidades é algo bem real e não se concentra apenas na tentativa de canalizar fluxos turísticos, que aliás se tornaram um recurso económico de primeira importância para muitos países europeus. Se as cidades têm de se afirmar como pólos de atracção, concorrendo pelo capital dos investimentos, num momento de quebra das fronteiras, de aumento da liberdade geográfica e territorial das pessoas e dos dinheiros, será a especificidade de um lugar, o seu valor identitário, um aspecto negativo?

Em Portugal depois da evolução económica, aparentemente muito positiva, de Évora, de Sintra (também de Angra do Heroísmo?), diversas cidades ou vilas históricas já entraram na corrida para a sua inscrição na Lista do Património Mundial (como, por exemplo, Guimarães, Santarém, Monsaraz, Óbidos, etc.). Afinal, o património, em vez de ser uma obstáculo, como o considerava a urbanística moderna, parece ser um propulsor. Não chega, no entanto, possuir belos e históricos espaços urbanos ou velhas e poéticas arquitecturas para atrair novas vidas e novos investimentos. Será provavelmente por essa razão que cidades como Amsterdão se mantêm extremamente actualizadas tecnologicamente, equipando-se com as mais avançadas infra-estruturas, nomeadamente as ligadas à tecnologia das telecomunicações e da informação (redes extensivas de cabos de fibra óptica, por exemplo), disponibilizando-as nos seus núcleos históricos.

Neste contexto é paradoxal verificar-se a ainda demasiado baixa percentagem que ocupa o sector da reabilitação, do restauro e da conservação patrimonial nas taxas de ocupação dos nossos projectistas e da nossa indústria da construção civil, quando na maioria dos países europeus este sector já se aproxima de 50% de toda a actividade desenvolvida.

Projecto, conservação e o problema da autenticidade

Entre a urbanística e as disciplinas especializadas na conservação material dos objectos, a arquitectura, enquanto disciplina, tem entre nós revelado algumas dificuldades no estabelecimento de um equilíbrio, ou mediação, entre a necessidade de novas normas que regulem a intervenção na cidade-património - no desejo social de uma preservação da identidade patrimonial, o mais rigorosa quanto possível e ao mesmo tempo o mais funcional possível, o que pode resultar num confronto já de si difícil de resolver em projecto - e a vontade disciplinar de afirmar a sua contemporaneidade.

Se pretendemos “conservar” estamos obrigados, por imperativo de coerência, a garantir a transmissão para o futuro, em toda a sua autenticidade, dos valores artísticos e históricos da arquitectura e da cidade histórica. Entre os valores do património cuja salvaguarda se considera imprescindível quando falamos em conservação, a teoria da disciplina tem destacado ultimamente o valor da *autenticidade*¹⁸. De uma, já

¹⁸ Veja-se neste domínio, os trabalhos de J. Jokilehto, «Conservation Principles and their Theoretical Background», em *Durability of*

longa, discussão internacional sobre o tema, resultaram alguns consensos que se fixaram no chamado *Documento de Nara*, aprovado como declaração final de uma conferência promovida pela UNESCO e realizada no Japão entre 1 e 5 de Novembro de 1994¹⁹. No *Documento de Nara* ficou assumido o princípio da diversidade cultural na conformação dos valores patrimoniais - o que é genuíno e autêntico para uma cultura não o é necessariamente para outra -, isto num momento em que a política/cultura do património ganham uma abrangência universal.

Mas se é verdade que apenas cada cultura pode definir qual a sua *autenticidade*, o que lhe é *autêntico*, é também verdade que, em todas as culturas, a autenticidade do património arquitectónico enquanto testemunho artístico e histórico reside, em grande medida, na própria materialidade dos objectos que até nós chegaram, na corporização com que nos foram transmitidos. A actual teoria da conservação, no longo percurso que de Camilo Boito nos transporta até Cesare Brandi, destaca (ou sublima) a importância da consistência física da obra de arte, da sua materialidade enquanto meio específico da manifestação da imagem artística e do testemunho histórico. Por essa «...*consistência material* [na qual se manifesta a imagem de obra de arte] *devem ser feitos todos os esforços e pesquisas para que possa durar o mais longo tempo possível*»²⁰.

A discussão deste tema conduz-nos inevitavelmente para a abordagem das estratégias de projecto e das suas legitimidades. Num tempo de dificuldades teóricas, de rotura com os anteriores valores, de gradual construção de novos paradigmas, que ainda não são muito claros nem suficientemente consensuais, é perfeitamente natural que se discuta, de forma alargada, a «autoridade» das escolhas de projecto.

Neste contexto, a redução do problema das escolhas e das justificações projectuais a um pretenso antagonismo entre a afirmação do «eu» (o *alter ego* do arquitecto) contra um colectivo, muitas vezes tomado como castrador ou redutor (neste caso a cidade e a sua cultura histórica), defendendo até às ultimas instâncias uma pretensa liberdade criativa do projecto, é um caminho de uma pobreza intelectual verdadeiramente constrangedora que conduz inevitavelmente à alienação da arquitectura. Esta tendência, paradoxalmente, tem firmes defensores em algumas escolas de arquitectura portuguesas.

Nas actuações sobre a cidade histórica importa separar, muito claramente, o conteúdo das decisões demonstráveis, de conteúdo lógico para todos e como tal resultantes de um processo determinístico, das que resultam de processos eminentemente empíricos ou criativos (provenientes do «meu» sistema – pessoal - de preferências). Como não há interpretações que não sejam também sugestivas, no património importa reduzir os riscos da eventual arbitrariedade na tomada de decisões.

Building Materials, Elsevier Science Publishers B.V., Amsterdão, 1988; ou ainda J. Jokilehto, *Questions about "authenticity"*, ASC-96 ICCROM/BDA, Viena, 1994.

¹⁹ Ver o original em: A.A.V.V., *Nara Conference on Authenticity, Japan 1994*, UNESCO/ICCROM/ICOMOS, Tapir Publishers, Trondheim, 1994, pp. xxi xxv. Também em: *Icomos Nouvelles*, nº, 1995. E ainda: ICCROM, *Viewpoints: the debat on authenticity*, ICCROM Newsletter, ICCROM, Roma, 1995.

²⁰ C. Brandi, *Teoria del Restauro*, Turim, Piccola Biblioteca Einaudi, 1963 (2ª ed. de 1977), p. 6.

Nesse caminho do aperfeiçoamento metodológico e citando como exemplo a obra de Siza, Teresa Cannarozzo propõe o desenvolvimento de abordagens que minimizem a «autorepresentação» projectual, por exemplo através da exponenciação da negociação com a especificidade de cada *locus*, no diálogo com os diferentes contextos físicos, sociais e culturais dos diferentes lugares²¹.

Importa também destacar a importância do conhecimento que se pode obter através de um cuidadoso processo de análise (histórica, física, sócio-antropológica). A descoberta e a demonstração dos valores patrimoniais, desde que documentados com absoluto e incontestável rigor histórico e científico, torna-se ela própria um dos mais importantes factores da conservação. Ao divulgarem-se publicamente os valores patrimoniais torna-se muito mais difícil a sua delapidação, o vandalismo público ou privado poderá assim ser auto-limitado ou mesmo penalizado politicamente! Na exposição pública de factos incontestáveis, perante a importância e o valor dos recursos detectados e expostos, o comitente tem obrigatoriamente que dar-se conta da sua importância e responsabilizar-se pelas opções colocadas, circunscrevendo as possibilidades dessa escolha.

Perversões da conservação: a renovação travestida de reabilitação, os excessos de projecto e o fachadismo

Portugal possui um sistema precário para a garantia de salvaguarda do seu património urbano²², este enquadra-se na política geral de conservação do património arquitectónico, a qual continua nitidamente a favorecer (agora e no previsível futuro) uma abordagem objectualista, digamos que de “monumento (ou conjunto) classificado”. Inversamente, a maior parte dos países europeus desenvolvem políticas muito mais activas de salvaguarda do seu património, suportando-as nos respectivos instrumentos políticos (de ordem normativa) e, sobretudo, em fortes apoios financeiros. Tal não é ainda e infelizmente o nosso caso.

O sistema de gestão urbana português e os seus instrumentos, como os planos de urbanização, aceitam demasiado facilmente o princípio da renovação urbana feita através da densificação, do aumento de volume da construção, da transformação funcional e programática dos tecidos urbanos consolidados. Ao contrário do Planos de Ocupação dos Solos franceses, que estabelecem índices de ocupação precisos para cada parcela situada nos centros históricos, geralmente inferiores aos índices existentes, o que convida à manutenção do existente, temos ainda demasiados Planos Directores que prevêem para os tecidos consolidados índices de maior densidade de construção, o que significa que qualquer demolição será sempre premiada em termos económicos. Por ser óbvio penso não ser necessário debruçar-me,

²¹ «(...) a obra de Alvaro Siza é uma perfeita exemplificação de um procedimento projectual baseado no diálogo, ou melhor na capacidade de ouvir e interpretar com grande modéstia e com grande sensibilidade tudo aquilo que provém do contexto, que depois é restituído em projecto com soluções sugestivas que não hesitarei a definir como poéticas. Outros que teorizaram ao longo de décadas estes requisitos da projectação, sublinhando o seu carácter primordial – penso em Vittorio Gregotti ou em Giancarlo De Carlo – nas suas respostas projectuais específicas resultam pouco coerentes para com os pressupostos programáticos e muito menos convincentes que Siza». T. Cannarozzo, «Identità culturale e progetto di sviluppo», em *Identità Urbana, Materiali per un dibattito*, Quaderni del Dipartimento Città Territorio, Roma, Gangemi Editore, 1995, p. 154.

²² A regulamentação da lei quadro do património (Lei 13/85), obrigando ao desenvolvimento de planos de pormenor de salvaguarda sobre edifícios ou conjuntos classificados, nunca foi regulamentada nem cumprida pelo Governo.

também, sobre o terrível cancro que constitui o impacto de diversas décadas de congelamento nas rendas urbanas, para o património urbano Português. Em termos muito sintéticos poderia dizer-se que, sob o ponto de vista económico, o actual sistema penaliza muito fortemente quem quer conservar, ou reabilitar²³.

Também de uma preocupada observação das nossas práticas da conservação e da reabilitação urbana, fica-me a terrível impressão de que, fora alguns casos isolados de enorme coragem e meritório destaque público, não estamos, de facto, a conservar e que, na grande maioria dos casos, o que hoje chamamos «*reabilitação urbana de centros históricos*» constitui uma das mais amplas operações de falsificação histórica de que há memória.

Refiro-me à tendência - generalizada a quase todo o país -, de entender a intervenção na cidade histórica dentro de duas gamas essenciais de possibilidades: (i) como uma oportunidade relativamente livre de renovar - que sempre significa deitar abaixo e fazer algo novo, não necessariamente copiando o existente -, em exercícios de projecto que procedem dentro de uma lógica reinterpretativa, onde a obrigação objectiva de preservar é preterida pela afirmação idiossincrática do projecto-de-autor, num empenhamento dirigido para a afirmação da contemporaneidade (valor do novo, valor de uso, novos paradigmas estéticos) sobre os valores da história; (ii) a camuflagem de intervenções profundamente transformadoras sobre uma capa de aparente respeito patrimonial, demolindo a base da conservação urbana, ou seja a preservação da tipologia fundiária, procedendo a anexações cadastrais, e camuflando tudo isto por detrás de um despudorado fachadismo.

Não me refiro aqui a outro tipo de intervenções, fora da disciplina, aos projectos avulsos de manutenção ou de renovação, que copiam paradigmas ainda mais básicos. Para o proprietário comum, investir na conservação ou no restauro de um imóvel, significa na maior parte das vezes devolver-lhe o valor de uso de um objecto novo (como explica Riegl). O valor do novo justifica um «*horror ao velho*» que se traduz na preferência por soluções tecnologicamente avançadas, contemporâneas, as quais se julga poderem resolver todos os problemas da construção antiga.

Uma das regras mais básicas da conservação patrimonial é optar pela intervenção mínima em vez da máxima. O que verifico em Portugal é que esta atitude é ainda muito rara. Salvos os exemplos de algumas poucas cidades, das quais destacaria Guimarães, no geral penso que assistimos a uma tendência (ou à opção) por estratégias maximalistas, como pudemos comprovar no programa “*dez milhões para dez aldeias*”, ou como se observa em algumas das fases da experiência do Porto.

Modificar as estruturas ou o sistema de organização dos espaços, obriga quase sempre ao realojamento dos residentes, o que, como todos sabemos, é particularmente oneroso. Desenvolver obras superiores às

²³ Uma autarquia que tente inscrever o seu património urbano no sistema de classificação português, por exemplo, um conjunto classificado como de interesse nacional, corre o sério risco de entrar em falência económica, pois os proprietários dos imóveis podem requerer isenção de

necessidades estritas da conservação e da reabilitação de antigos edifícios habitacionais - desde que evidentemente com a satisfação de óbvias exigências funcionais, de segurança e de conforto, de melhoria e actualização das redes e instalações técnicas -, vai provocar repercussões extremamente negativas, em termos de prazos e custos, tanto sobre os descapitalizados proprietários como sobre os, por vezes ainda mais insolventes, inquilinos.

Um bairro histórico degradado corresponde sempre, quase por definição, a uma comunidade com problemas sócio-económicos. Parece-me então evidente que intervir com demasiada profundidade em edifícios históricos, com aquilo que poderíamos chamar de «excesso de projecto», não só afecta decisivamente a autenticidade da arquitectura enquanto testemunho cultural, como pode também trazer associado um inevitável processo de expulsão dos antigos moradores, favorecendo um processo de substituição social, já que será obviamente impossível ao Estado expropriar ou adquirir todos os edifícios necessários para permitir o seu realojamento. Acrescenta-se a este o custo da manutenção desse parque, cuja responsabilidade, nesses casos, passa a ser do município. Neste contexto, parece-me também muito curiosa a tendência, crescente, de recorrer a famosos arquitectos do *Star System* para desenvolverem, no interior da cidade histórica, projectos com programas delicados e particularmente antipopulares em termos de conservação patrimonial.

Reabilitação urbana ou fachadismo?

Na última década observa-se também entre nós a multiplicação de uma outra prática que afecta de forma decisiva, as íntimas relações entre significado e significantes na arquitectura da cidade histórica. Refiro-me ao “*fachadismo*”²⁴. Por toda a Europa, este é um fenómeno que se multiplica explosivamente²⁵, sendo tomado por muitos operadores e por algumas administrações locais, como a solução ideal (e mais expedita) para a resolução do problema da integração de novos programas no património edificado.

Em cidades como Lisboa, o fachadismo tornou-se a “solução-tipo” de intervenção em zonas consolidadas, verificando-se a sua explosiva expansão sobretudo nos “boulevards” de inspiração haussmanniana que entre nós surgiram nos finais do século XIX. Arquitecturas de revivalismos e de ecletismos às quais a História da Arte e do Urbanismo, tardam a reconhecer o valor patrimonial e a decisiva contribuição urbanística.

contribuições prediais e nada garante que a essa classificação corresponda, como acontece na França, um forte e directo investimento do Estado na salvaguarda, no restauro e na reabilitação.

²⁴ Cuja definição poderá corresponder, grosso modo, à demolição sistemática do interior de antigos edifícios e sua substituição por nova construção, com profundas mudanças tipológicas, volumétricas, estruturais e construtivas, onde a antiga fachada sobre a rua principal é preservada de forma acrítica, ou é reconstruída numa imitação forçada da antiga. Uma primeira proposta de definição teórica do termo foi expressa por J. Richards, *Facadism*, Routledge, Londres, 1994.

²⁵ Para o ICOMOS, as alterações funcionais (a transferência de habitação para serviços, por exemplo) e de significado (perda da autenticidade patrimonial) provocadas por um fachadismo essencialmente especulador e culturalmente acrítico, parecem constituir hoje uma das mais sérias ameaças, ou condicionantes, à efectiva conservação do património urbano Europeu. Pelo que organizou duas importantes iniciativas, a primeira numa reunião de peritos (Bruxelas, Março de 1998) e, mais recentemente, um grande encontro (Paris, Janeiro de 1999), debatendo teoricamente o problema no sentido de informar a produção de alguma doutrina internacional para poder lidar, conceptualmente, com este fenómeno generalizado.

Como «obra», o fachadismo constitui uma estranha hipocrisia. Monta-se um estaleiro complexo, muito caro, baseado em importantes estruturas precárias, as quais irão suportar provisoriamente *in situ* a antiga fachada (assim como os edifícios envolventes), enquanto as suas entranhas são removidas, o interior demolido e substituído por uma nova edificação na qual a antiga fachada não tem funções estruturais. Estas estruturas de suporte provisório são muito caras e provocam fortes implicações nos tráfegos de rua. Esses argumentos têm suportado outras formas de actuação, ou seja proceder à demolição de todo o edifício, inclusive da antiga fachada, que depois é reconstruída (dupla falsidade) e assim reintegrada na nova edificação.

O fachadismo, na sua aparentemente salvaguarda da memória da imagem urbana – não da identidade urbana – é muitas vezes apresentado politicamente aos olhos do público como uma hipótese de preservar a memória da cidade antiga, transportando-a para um futuro novo. Na realidade, o fachadismo além de falsificar a História, encobre o aumento volumétrico mais despudorado; justifica o aumento de áreas e os assaltos aos logradouros (e tínhamos tantos verdes, ainda...). O fachadismo acaba também por impedir a representação do nosso tempo, através de arquitecturas coerentes e contemporâneas a corpo inteiro, na cidade histórica.

A renovação travestida de reabilitação e o fachadismo enganador inserem-se num processo de falsificação histórica e de mitificação patrimonial (que Choay tão bem descreve). Mitificação que seduz um público que deseja atenuar a dor da perda da cidade histórica e dos lugares urbanos aos quais pertenceu e dos quais tem sido expulso pelo terciário, conduzido para o rebanho das periferias, cada vez mais longínquas.

Diz Choay que «*Só a memória viva pode, em matéria patrimonial, garantir um uso legítimo à noção de autenticidade*»²⁶. Pouco a pouco estamos a criar um museu de dissecações, a céu aberto, que me lembram as palavras de Philippot: «*(...) there is the almost inherent tendency of the open-air museum to evolve into a Disneyland: No longer is it a preservation of history in the present, but rather a projection of fantasy into objects of the past, which is a special variety of faking*»²⁷.

Como já escrevi diversas vezes e anteriormente: se é na análise concreta dos resultados - cada um por si, da qualidade de todos a qualidade média das intervenções urbanas - que se avalia a qualidade do método, a qualidade do projecto arquitectónico e urbano que levamos a cabo na cidade histórica, então temos que aceitar hoje questionar as nossas práticas de reabilitação urbana pois elas parecem conduzir a perversões comuns. Sob a pena de que, a curto prazo, pouco ou quase nada nos reste da cidade consolidada, que alguns dizem ser hoje um dos maiores recursos económicos e culturais europeus, assim como o seu maior contributo para a história da cultura mundial.

²⁶ F. Choay, *ob. cit.*, 1994

²⁷ Paul Philippot, «Historic Preservation: Philosophy, Criteria, Guidelines». em *Proceedings of the Northamerican Int. Regional Conference*, Pennsylvania, 1972, p.371.

REFERÊNCIAS

- AA.VV. *Identità Urbana. Materiali per un dibattito*. Quaderni del Dipartimento Città Territorio, Gangeni Editore, 1995.
- AA VV, *Nara Conference on Authenticity, Japan 1994*, UNESCO/ICCROM/ICOMOS, Trondheim, Tapir Publishers, 1994.
- ABRUNHOSA, Maria José, «Cuidado! Vem aí a valorização do património», em *PÚBLICO*, 5 de Junho de 1994.
- ABRUNHOSA, M., «O estado das artes, reflexões heréticas», em *Praça Velha*, nº 2, Novembro, Guarda, ed. Câmara Municipal da Guarda, 1997.
- AGUIAR, J., «O Medo», em *Jornal Arquitectos*, nº 136-137, Junho/Julho, Lisboa, AAP, 1994.
- AGUIAR, José, *Algunas Experiencias de conservación e rehabilitación do património urbano português*, em, *Urbanismo Y Conjuntos Históricos, Cursos de Verano 1995*, Ronda, Universidad Complutense de Madrid, 1995.
- AGUIAR, J., Le «façadisme» est la peur architecturale de son propre temps. Contribution, un peu passionnée, à une discussion, em *Le Façadisme dans les Capitales Europeennes*, ICOMOS, Fundação do Rei Baudouin, Bruxelas, ICOMOS, 1998.
- AMENDOEIRA, Ana Paula, *Monsaraz: Análise do processo de conservação e transformação urbana no século XX*, (dissert. De Mestrado), Évora, Universidade de Évora, 1998.
- BELLAGAMBA, P., L'identità culturale e il riconoscimento dei valori urbani, em *Identità Urbana, Materiali per un dibattito*, Quaderni del Dipartimento Città Territorio, Gangeni Editore, Roma, 1995.
- BRANDI, C., *Teoria del Restauro*, 1963, Piccola Biblioteca Einaudi, Turim, 1977 (2ª ed.).
- CABRITA, A. M. Reis, A postura ética na investigação técnica de apoio à conservação do património arquitectónico, em *IV Encontros com o Património, Espiga de Ouro*, Cadernos do Centro Histórico de Beja, Setembro, Beja, Câmara Municipal de Beja, 1996.
- CANNAROZZO, T., Identità culturale e progetto di sviluppo, em *Identità Urbana, Materiali per un dibattito*, Quaderni del Dipartimento Città Territorio, Roma, Gangeni Editore, 1995.
- CERVELLATI, P., La città bella. Il recupero dell'ambiente urbano, Bolonha, Il Molino, 1991.
- CERVELLATI, P., L'identità della città storica, em *Identità Urbana, Materiali per un dibattito*, Quaderni del Dipartimento Città Territorio, Gangeni Editore, Roma, 1995.
- CHOAY, F., *L'allégorie du patrimoine*, Paris, Ed. du Seuil, 1992.
- FEILDEN, B.; JOKILEHTO, J., *Management Guidelines for World Cultural Heritage Sites*, ICOMOS, 1993.
- GABRIELLI, Bruno, La città esistente e la ricerca della qualità, em *Identità Urbana. Materiali per un dibattito*. Quaderni del Dipartimento Città Territorio, Gangeni Editore, 1995.
- GAMBINO, Roberto, Identità come appartenenza: I luoghi e I loro abitanti, em *Identità Urbana. Materiali per un dibattito*. Quaderni del Dipartimento Città Territorio, Gangeni Editore, 1995.
- HENRIQUES, F., *A Conservação do Património Histórico Edificado*, Lisboa, LNEC, 1991.
- HEUT, B., La città come spazio abitabile. Alternative alla Carta di Atene, em *Lotus*, nº 41, 1984.
- INDOVINA, Francesco, Le città e il loro governo: dimensione e limiti del concetto di identità urbana, em *Identità Urbana, Materiali per un dibattito*, Quaderni del Dipartimento Città Territorio, Gangeni Editore, 1995.
- JOHKILEHTO, J. Conservation Principles and their Theoretical Background, em *Durability of Building Materials*, Elsevier Science Publishers B.V., Amsterdão, 1988; ou ainda J. Johkilehto, *Questions about "authenticity"*, ASC-96 ICCROM/BDA, Viena, 1994.
- JOHKILEHTO, J., Urban Conservation in the ARC Course, *ICCROM Newsletter*, nº 24, Setembro, Roma, ICCROM, 1998.
- JUSTICIA, M., *Antología de textos sobre restauración*, Jaén, Universidade de Jaén, 1996.
- LAENEN, M., Editorial, *ICCROM Newsletter*, nº 24, Setembro, Roma, ICCROM, 1998.
- LO PICCOLO, F., Identità, permanenza, trasformazione della città: un'introduzione, em *Identità Urbana, Materiali per un dibattito*, Quaderni del Dipartimento Città Territorio, Roma, Gangeni Editore, 1995.
- MARCONI, Paolo, Il progetto di restauro come disciplina squisitamente appartenente alla cultura architettonica, em *Il Progetto di restauro*, Atti della Giornata di Studio, S. Michele, Soprintendenza per I beni ambientali e architettonici di Roma, Roma, 1994.
- NORBERG-SCHULTZ, C., *Genius Loci, Paesaggio Ambiente Architettura*, Milão, Electa, 1979.
- PHILIPOT, Paul, Historic Preservation: Philosophy, Criteria, Guidelines. em *Proceedings of the Northamerican Int. Regional Conference*, Pennsylvania, 1972.
- PORTAS, Nuno, Pasado, Presente y Futuro de las Ciudades Patrimonio de la Humanidad, em *Urbanismo y Conservación de Ciudades Patrimonio de la Humanidad*, Cáceres, 1993.
- RICHARDS, J., *Facadism*, Londres, Routledge, 1994.
- RICOEUR, Paul, Vulnérabilité de la mémoire, em *Patrimoine et Passions Identitaires, Actes des Entretiens du Patrimoine*, 6 a 8 Janeiro, Paris, Editions du Patrimoine/Fayard, 1998.
- RIEGL, Alois, *Le culte moderne des monuments, Son essence et sa genèse*, Paris, Éditions du Seuil, 1984.
- VENUTI, Giuseppe Campos, *Urbanismo y austeridad*, Madrid, Siglo XXI, 1981.
- VENUTI, G., *La terza generazione dell'urbanistica*, Milão, Franco Angeli, 1987.

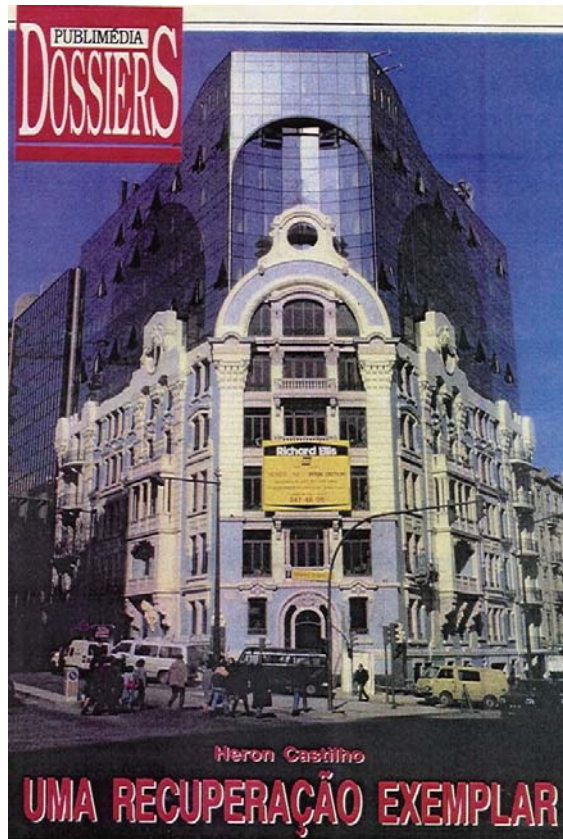
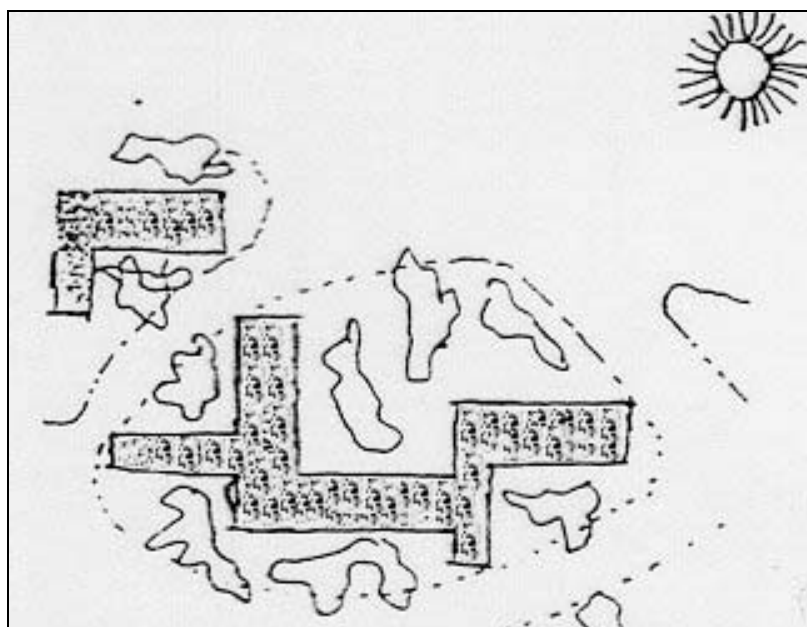


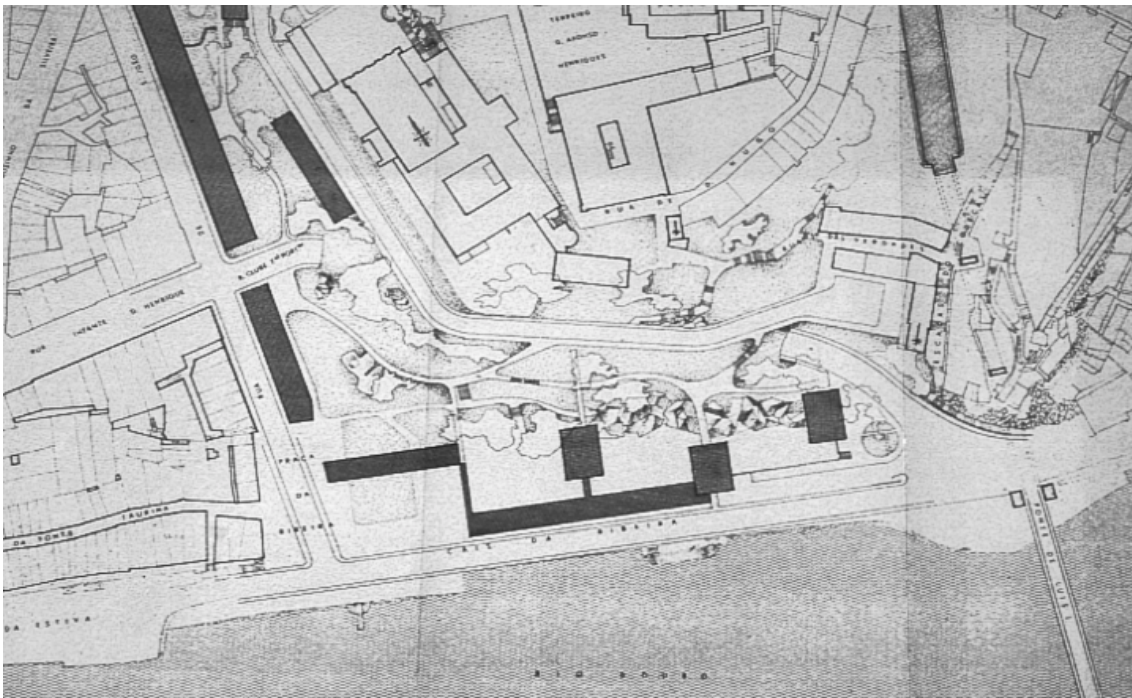
Fig. – Heron Castilho uma “recuperação” exemplar?



legenda: Guimarães, uma das mais bem sucedidas experiências portuguesas de reabilitação urbana (foto do autor)



Legenda: Propostas de Le Corbusier para se lidar com os “centros históricos”.



17